----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS REALIZADA NO DIA CINCO DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS ----------

---------- **ATA NÚMERO QUATRO** ----------

---------- (Mandato 2025-2029) ----------

----- Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis reuniu no Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da Administração Pública, sito na Avenida Visconde de Valmor, número setenta e seis letra A, em, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, sob a presidência do seu Presidente, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Paula Maria Tavares de Carvalho, Primeira Secretária, e Mafalda Sofia Dourado Santos Branco, Segunda Secretária. ----------

----- Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Membros: ----------

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Maria Ribeiro Martins Torres de Carvalho, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes, Maria do Rosário de Sousa Nolasco de Medeiros, Isabel Maria da Silva Tavares, Maria de Fátima Martins Lopes Hipólito Samouqueiro e José Simão Nunes Caeiro. ----------

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Luis Filipe Loureiro Goes Pinheiro, Fernando Marques Pereira e André Oliveira Carrilho. ----------

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Francisco Xavier Pereira Coutinho Castel-Branco de Azevedo. ----------

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Sadik Salim Cassam. ----------

----- **Do Partido Livre (Livre)** – Laura Cassandra Carvalho da Silva e João Quintas Godinho.----------

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Isabel Maria Laureano Varão. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Vasco de Sá Nunes Correia Diogo. ----------

----- **Do Partido "Chega" (Chega)** – Luís Miguel de Macedo e Brito Pereira Nunes. ---

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----- 1. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a 2ª versão do Orçamento 2026 e GOP's

----- 2. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Mapa de Pessoal para 2026; ----------

----- 3. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais; ----------

----- 4. Pedidos de informação ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia; ----------

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:----------

----- João Manuel Meira dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Isabel Varão.----------

----- Rafael Medeiros Guerreiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vasco Diogo. ----------

----- Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte, que justificou a sua ausência e foi substituído por Luís Nunes. ----------

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Marina Barros Rodrigues, Nuno Charters de Azevedo Moller Miranda, Hugo Alexandre Bogas de Sousa e Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata. ----------

----- Às vinte horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião**. ----------

----- (Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia deu posse a Isabel Maria Laureano Varão e Luís Miguel de Macedo e Brito Pereira Nunes como Membros da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas) ----------

---------- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

----- (Não houve intervenções neste ponto) ----------
---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------
----- **Ponto 1 -Apreciação, Debate e Deliberação sobre a 2ª versão do Orçamento 2026 e GOP's;** ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração: ----------
----- *"No processo de elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2026 o Executivo assumiu que o estatuto de oposição deveria ter competência em contributos efetivos e não meramente formais. As propostas apresentadas pelas diferentes forças políticas foram analisadas individualmente e sempre que compatíveis com as competências da Junta, com a sustentabilidade financeira e com o enquadramento institucional foram integradas nas Grandes Opções do Plano sob diferentes modalidades.* ----------
----- *Dou um exemplo concreto. No caso do orçamento participativo proposto pelo Partido Socialista o Executivo optou por integrar nas Grandes Opções de 2026 uma fase preparatória, incluindo a criação da rubrica respetiva, a elaboração de um regulamento e o lançamento do projeto piloto. Esta abordagem permite que em 2026 a Freguesia possa avançar com o orçamento participativo plenamente dotado, assente de uma base sólida e financeiramente responsável.* ----------
----- *Outro exemplo prende-se com as propostas na área da segurança, onde…(impercetível)… dos diferentes partidos, o documento prevê a constituição de mecanismos de avaliação, projetos piloto e reforço de articulação das entidades competentes, em vez de soluções imediatas que extravasem as competências da Junta.* -
----- *Na área do espaço público e da acessibilidade foram igualmente integradas as propostas relativas à expansão de pavimentos confortáveis, à organização de auditorias técnicas e participadas e à priorização de locais com maior impacto, sempre em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e dependentes dos instrumentos de financiamento.* ----------
----- *Em matérias como a ação social, bem-estar animal, desporto e juventude, a reciclagem, a sustentabilidade ambiental e a transparência da execução dos contratos de delegação de competências, o Executivo optou por reforçar o compromisso de monitorização, divulgação, avaliação de melhoria contínua, integrando as preocupações expressas pela oposição.* ----------
----- *Importa sublinhar que nem todas as propostas poderiam ser executadas de imediato ou na totalidade. Em vários casos, a sua integração faz-se sob a forma de estudos, pilotos ou compromissos de avaliação, que consideramos ser a abordagem mais responsável, evitando promessas vazias.* ----------
----- *O documento que hoje apresentamos resulta, assim, de um esforço consciente de abertura democrática, sem abdicar da disciplina orçamental e de uma visão estratégica que incorpora conteúdos plurais para melhorar a qualidade política na Freguesia."* ---
----- **Membro Luis Pinheiro (PS)** disse esperar que 2026 levasse aquilo que todos desejavam e no que respeitava à Junta de Freguesia esse ano começou bem, porque no ano passado foi um ano que não correu assim tão bem, uma forma um bocadinho atabalhoada da apresentação de uma proposta de Orçamento, mas não queria deixar de salientar na Assembleia que houve efetivamente um empenhamento e uma vontade muito grande por parte do Executivo de ouvir não só o Partido Socialista, mas imaginava que os partidos da oposição, houve de facto um esforço de ouvir as propostas, de as compreender. ----------
----- Tanto em matéria de segurança como em matéria ambiental, como no que respeitava à participação política dos cidadãos da Freguesia ou à promoção da cultura, várias propostas foram introduzidas no âmbito da proposta de Orçamento após a

audição do Partido Socialista. Não queria deixar de dar essa nota, era um excelente sinal para esse ano 2026 e sabendo que o Executivo tomou posse da forma difícil como tomou, que a última Assembleia decorreu com várias tensões entre a bancada do PSD e o Executivo e que isso significava à partida que seria um mandato com alguns desentendimentos no grupo que dava suporte político ao Executivo, voltava a sinalizar que essa abertura às propostas do PS era um bom prenúncio e que a governação podia ser feita não só com aqueles que deram apoio inicial à formação do Executivo, mas também com aqueles que se preocupavam com os interesses dos fregueses e que durante os próximos quatro anos estariam ali vigilantes e a lutar para que os seus direitos e os seus interesses fossem respeitados.----------

----- Em concreto das medidas adoptadas, foi a necessidade de execução do plano de acessibilidade pedonal através da redução das barreiras e obstáculos aos peões e a continuação do programa de substituição da calçada por pavimento mais seguro; a vontade que o PS já tinha manifestado várias vezes para junto das forças de segurança desenvolver um trabalho no sentido de um diagnóstico de segurança na Freguesia, com recurso a uma universidade pública; melhorar os níveis de reciclagem na Freguesia; criar um programa "Rua Aberta" com o encerramento temporário de algumas ruas à circulação automóvel para eventos culturais; implementar a prática dos orçamentos participativos; a instalação de espaço desportivo em local a determinar.----------

----- Mais uma vez voltava a dizer que era bom sinalizar que o Executivo teve uma abertura que não era habitual e um Executivo que ouvia o Partido Socialista era um Executivo que contaria com o PS.----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que vários documentos nos últimos dias dirigidos à Assembleia de Freguesia não estavam a ser rececionados e o caso do pedido de substituição do Membro do BE era um deles. O e-mail foi enviado no sábado, dia 3 de janeiro, e não tinha sido rececionado, teve que ser reenviado. A Paula de Carvalho também enviou documentação no passado dia 29 e não foi rececionada na caixa do e-mail da Assembleia de Freguesia.----------

----- Pedia ao Senhor Presidente para falar com as pessoas da informática no sentido de tentar ver o que se estava a passar porque nesse caso até se estava a comprometer o funcionamento da Assembleia. Agradecia desde já o cuidado.----------

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que uma primeira nota por parte do CDS era que nenhum orçamento podia ser meramente entendido como uma folha de cálculo, nem um amontoado de números, nem um exercício de contabilidade. Um orçamento era uma definição de prioridades e o CDS através de um orçamento por um lado priorizava a questão financeira, o dinheiro não era do Estado, era dos contribuintes, era dos trabalhadores, era das pessoas e o respeito por elas, o dinheiro devia ser com rigor e com prudência.----------

----- Também tinham que priorizar um projeto consistente, uma Freguesia não se podia gerir com imprevistos, mas com um rumo claro, apostando onde os fregueses queriam ser um valor acrescentado e onde a Freguesia podia atuar.----------

----- Por isso o CDS era favorável a essa proposta de Orçamento, por ser financeiramente prudente e refletir um projeto de mandato consistente. Em primeiro lugar estava em equilíbrio, tal como exigia a Lei, em segundo lugar porque para além de obter um saldo corrente positivo de mais de 210 mil euros, sobretudo porque era um Orçamento era certo e segro, nomeadamente ao inscrever já nessa proposta as verbas quanto à delegação de competências.----------

----- Por outro lado era um Orçamento consistente porque mesmo ainda sem as verbas dos CDCs conseguia continuar uma aposta substancial em várias áreas sensíveis, designadamente na educação e desenvolvimento da saúde. Na educação, em primeiro

lugar a aposta na qualidade pedagógica...(imperceptível)... o projeto "O lixo ao lixo", uma aposta no acesso ao conhecimento com o reforço de apoio a crianças com necessidades educativas especiais, com o apoio terapêutico à fala e com mais formação na área da educação inclusiva. No caso da educação a Junta em vez de procurar fazer projetos de execução mais difícil e mais morosa, como em anos passados, preferia fazer projetos apoio direto e serviços sociais aos cidadãos, que tinha naturalmente execução mais acertada.----------

----- Também na área da saúde revelava-se um projeto consistente, em primeiro lugar a aposta clara na dimensão do apoio à saúde que a Junta fez esse ano, fosse em quantidade como em qualidade. Em quantidade porque era claro o aumento da dotação orçamental em relação ao ano anterior, mais de 60 mil euros quando no ano anterior era metade. Em termos de qualidade por exemplo o...(imperceptível)... intergrado de saúde, que era uma resposta pragmática, útil e adequada para os fregueses no quadro de cuidados de saúde primários, mas também se revelava na aposta na prevenção, fosse na saúde mental, na saúde dentária e na saúde cardiovascular. Por fim, também se demonstrava uma aposta na inovação na prestação de cuidados de saúde, continuando com o programa de cuidados domiciliários com o apoio digital. ----------

----- Independentemente da posição do CDS favorável, por motivos de transparência e também rigor seria positivo o Executivo esclarecer em primeiro lugar na página 8 dessa proposta, a auditoria cidadã. Naturalmente que o CDS se posicionava favorável a qualquer mecanismo de crítica e participação dos cidadãos, contudo havia que atender a que criaria nos cidadãos uma expetativa legítima de resolução dos problemas. Não era preciso qualquer tipo de análise profunda, até porque decorria mesmo do próprio texto, para perceber que as verbas para a recuperação de espaços urbanos e melhoria das acessibilidades eram...(imperceptível)... mais uma vez a disponibilidade de investimento financeiro da Câmara Municipal.----------

----- Isso, aliado à rigidez que se analisava o Orçamento para 2026, fazia com que se houvesse centenas de levantamentos fosse impossível ou muito pouco provável que se conseguisse resolver esses problemas e a primeira pergunta que fazia era como pretendia a Junta evitar que essa iniciativa levasse precisamente a esse risco. ----------

----- O segundo aspeto era a aposta na cibersegurança e tecnologias da informação, na página 6, o gabinete de sistemas de informação. Previa-se uma lista extensa de aquisições para 2026 e essas tecnologias eram usadas para empresas com milhares de postos de trabalho ou na administração pública central. Aí havia duas questões, a complexidade de gestão dessas tecnologias e, como decorria do próprio Orçamento, custos que eram imprevisíveis. Contudo, era justificado no texto desse documento pelas obrigações do direito europeu, a seu ver não mais acertadamente. ----------

----- O primeiro era a avaliação do RGPD, já era aplicável obrigatoriamente desde 2018. O segundo era a Resolução do Conselho de Ministros que definia orientações para a administração pública em matéria de cibersegurança. O terceiro era a diretiva NIS 2, nesse caso da União Europeia que não tinha aplicabilidade direta. Na verdade, podia justificar-se a transposição dessa diretiva feita pelo o Decreto-Lei 125/2025, mas mesmo assim não parecia inteiramente justificado por duas razões. Primeiro porque enquanto Junta de Freguesia era pouco provável que fosse classificado à luz desse diploma como entidade pública sequer relevante...(imperceptível)... segundo porque as medidas a tomar com essas obrigações deviam ser proporcionais e a seu ver 264 mil euros era duvidoso que fosse proporcional. ----------

----- Portanto, a segunda questão que o CDS colocava era saber se o Executivo considerava esse montante adequado, necessário e proporcional e, se considerava que sim, porquê.----------

----- A terceira pergunta era mais recente. Houve uma reunião da bancada do PSD em matéria de Orçamento, o PSD não integrava o estatuto do direito de oposição e da parte do CDS e da IL não houve qualquer tipo de comunicação. Portanto, só queria perguntar se de facto essa reunião tinha existido e, se existiu, a seu ver não era uma prática certa nos termos da paridade que devia existir entre os partidos que...(imperceptível)... na Freguesia de Avenidas Novas. ----------

----- **Membro Laura Carvalho da Silva (Livre)** disse que já tinha referido, mesmo antes de ser eleita, que continuava a reconhecer o trabalho que era preciso para gerir uma Freguesia e muitas vezes reconhecia que tinha os recursos limitados, mas numa atitude positiva começava por reconhecer que aceitaram as sugestões. No entanto, olhando um bocadinho atrás, o que definia o Orçamento eram muitas ideias e muita intenção positiva, mas não era assim tão claro em relação à capacidade de...(imperceptível)... e mesmo à capacidade de execução. Mais uma vez reconhecia que nem tudo dependia da Junta. Por exemplo, ninguém falou ali nos jacarandás. O conjunto de apostas tinham o risco de não conseguir sair do papel, muitas das soluções apresentadas depois ao longo do ano acabavam por não ver serem cumpridas. ----------

----- O papel enquanto eleitos, fosse na oposição ou no Executivo, não era apenas assinar um documento, era exigir que aquilo que era proposto fosse executado com rigor e transparência e garantir que a confiança nos eleitos não fosse defraudada. ----------

----- O Livre ia garantir que as boas intenções deixassem de ser boas intenções e passavam a ser ações, só assim teria impacto na qualidade de vida das pessoas. ----------

----- **Membro Luis Nunes (Chega)** disse que ao longo de quatro anos andaram a batalhar numa série de pontos que foram ali propostos, alguns o Executivo até dizia que iria executar, nomeadamente da segurança. ----------

----- Todos os orçamentos que foram apresentados não tinham execução, era fazer isto e aquilo e até agora a maior parte não foi executada. Ficavam satisfeitos com a questão da segurança refletida no Orçamento, não era suficiente para que de uma forma geral...(imperceptível)... e como desde há quatro anos não iam dar uma carta branca, iam ver como seria concluído esse Orçamento e o próximo lá estariam para aprovar ou não. Continuavam a pensar da mesma maneira, os orçamentos eram um conjunto de...(imperceptível)... mas não eram para ser cumpridos. ----------

----- **Membro Paula de Carvalho (IL)** disse que sobre os documentos que estavam a analisar, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, tinha dois pontos prévios a fazer. O primeiro era o projeto da Iniciativa Liberal, que integrou a coligação vencedora e que fazia parte inclusivamente do Executivo. Consideravam que tinham uma lealdade institucional para com o Executivo eleito, mas isso não implicava que não tivessem maior escrutínio. Já foi ali referido que o dinheiro a ser discutido e que seria votado era dinheiro de cada um e teria que ser bem gasto, cada euro teria que ter uma justificação muito bem dada para se gastar e teria que ter um escrutínio também sobre os resultados.

----- O segundo ponto prévio era porque a Iniciativa Liberal era acusada de ser contra o Estado, inclusivamente contra o Estado Social. Tinha a dizer que eram por melhor Estado, nomeadamente no que eram funções inalienáveis, a soberania, segurança, justiça. ----------

----- Um melhor Estado implicava ter melhores serviços públicos para dar satisfação e cumprir aquilo que era o desiderato dos órgãos de soberania e dos órgãos autárquicos em particular. ----------

----- Relativamente a essa segunda vesão do Orçamento, estava de acordo com aquilo que já foi ali dito pelos representantes do PS e do CDS. Havia uma diferença de conteúdo programático e contando com o contributo das diversas forças políticas, o que

considerava muito positivo, aquilo que lhe foi dado a perceber que nesse mandato eram vistas de forma positiva muitas das propostas das forças políticas. ----------

----- Realçava aquilo que dizia respeito à mobilidade, que constava depois também nas linhas estruturais nas Grandes Opções do Plano e que vieram a ser plasmadas na proposta de Orçamento. Nessa parte salientava uma questão que lhe era muito cara, a mobilidade. Havia muitas medidas que eram positivas, mas esse era um setor onde havia muita coisa para fazer na Freguesia. ----------

----- Sabia que muitas das coisas que eram necessárias fazer dependiam da Câmara Municipal de Lisboa, mas nesse domínio teria a Junta que atuar junto da Câmara para melhorar as condições do estado dos passeios, das caldeiras das árvores e também não esquecer a iluminação pública, que sendo uma questão de segurança também era uma questão de segurança na mobilidade. ----------

----- A Freguesia tinha 2,9 quilómetros quadrados, o mandato tinha quatro anos e bastava que em cada ano se atuasse sobre parte do território, 730 mil metros quadrados, para que em 2029 tivessem essa questão definitivamente resolvida. ----------

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** agradeceu a presença de todos ali e em casa, esperando que recolhessem da prestação do PCP ideias e sugestões e capacidade de intervenção, que era sempre esse um dos objetivos, mobilizar, alertar, no fundo lançar desafios às pessoas. ----------

----- Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, do ponto de vista formal e técnico o Orçamento apresentava uma prestação bem estruturada e da parte do PCP, tanto do ponto de vista técnico-jurídico, como do ponto de vista orçamental, não punha grandes problemas. Porém, encontravam nele refletido um...(imperceetível)... que o Senhor Presidente e os sucessivos Executivos já habituaram. Não queria dizer que fosse uma apreciação negativa, era uma constatação. -

----- Toda a dedicação a uma faixa etária da população na qual se integrava, considerava que devia ser sempre um polo de ação autárquica, na medida em que essas pessoas já viveram muito e muitas vezes estavam desamparadas. Portanto, encarava positivamente esse modo de trabalhar e esse modo de estar da autarquia, nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente. Porém, havia muitos aspetos que foram deixados como uma espécie de...(imperceetível)... que foi a cedência a legítimas aspirações veiculadas pela oposição. Não parecia que estivessem devidamente refletidas em termos orçamentais, como deviam e se analisassem em profundidade eram aspetos acessórios, não eram essenciais da ação. ----------

----- Ações participativas, muito bem. Tudo o que convocasse a população para uma intervenção direta, muito bem, mas havia mais do que isso e havia uma gestão geral que devia ser muito bem pensada. ----------

----- O Executivo da Junta, devido ao tempo que já levava, tinha conhecimento aprofundado dos pontos débeis da Freguesia. Um deles reportava à mobilidade, que já foi ali analisada pela anterior intervenção, mas insuficientemente. Como sabiam, uma linha ferroviária que quebrava a Freguesia em duas partes e já no passado essas partes foram antagónicas. Atualmente havia de facto um entrosamento que saudava, mas estava muito aquém do que poderia ser porque havia uma falha que não foi pensada na altura em que a linha foi reformulada. ----------

----- Como sabiam, foi centralizada em Entrecampos e o Bairro do Rego ficou entregue à sua triste sorte, mal servido por transportes públicos. Estava a referir ao transporte rodoviário e continuava mal servido nesse aspeto, embora muito suavemente tivesse começado a melhorar alguma coisa, mas não no problema do pedonal. Aliás, tragicamente acentuado por aqueles malditos elevadores que continuavam a não funcionar. Tinha que haver uma solução corajosa, já estava no momento de ser visto do

ponto de vista técnico por quem sabia e quem podia. Portanto, nada como o Executivo ser uma força de pressão efetiva junto da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério das Infraestruturas para de uma vez por todas resolver o problema da população. Não havia o direito, era uma chaga aberta.----------

----- Não podia ser injusta, nem devia, e dizer que esse Orçamento era mais do mesmo, porque não era de todo. Porém, ficava aquém daquilo que eram as legítimas e reiteradas exigências da população e por esse facto o PCP não ia subscrever, iria abster. Do ponto de vista formal consideravam o Orçamento sólido e equilibrado, não era por aí, era porque os projetos não tinham a ambição suficiente, nomeadamente nesse aspeto. -------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha tomado a devida nota e responderia garantidamente a cada um. ----------

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que relativamente ao Orçamento para 2026 e Grandes Opções do Plano, analisaram e podia dizer que ia na linha do Orçamento do ano anterior com algumas melhorias, mas também com algumas insuficiêncoas que iriam referir à frente.----------

----- O valor global era quase idêntico ao do Orçamento inicial, obviamente que depois ia sofrendo alterações à medida que iam sendo incorporadas novas receitas, nomeadamente através dos contratos de delegação de competências. O Orçamento final era sempre bastante diferente do inicial, mas esse Orçamento inicial era muito próximo do Orçamento inicial do ano anterior, havia uma diferença de apenas 1,2%. Os considerandos também eram os mesmos e os princípios de contenção, rigor e desenvolvimento. Até foram buscar estes considerandos ao Orçamento de 2023, tinham a sobra do Doutor Ralheta sobre o Orçamento, considerando que o Orçamento era apenas um ponto de partida e não devia ser encarado como um fim em si mesmo, embora o Orçamento final ser bastante diferente, por aquilo que explicara há pouco, do Orçamento inicial. ----------

----- De qualquer forma, todos reconheciam que enquanto não fosse revista a Lei das Finanças Locais a margem de manobra da Junta de Freguesia e do Executivo era muito curta. Esperava que todos os partidos na Assembleia da República finalmente se empenhassem em rever a Lei das Finanças Locais porque nos últimos anos, nomeadamente com a subida justíssima do salário mínimo sem o aumento global das receitas, era cada vez mais difícil a gestão do Orçamento e não era por acaso que também a IL dizia que as despesas com pessoal consumiam quase 70% do Orçamento. No ano anterior consumia 65%, nesse ano ia já com 69,7%. ----------

----- Não tinham muita margem de manobra aí, porque era uma entidade de serviços e precisavam era de melhores serviços e isso fazia-se com pessoas, não era reduzindo as pessoas que iriam melhorar a qualidade dos serviços na Junta de Freguesia. ----------

----- Tinham também um documento que era com quantidade e qualidade de informação tecnicamente correta, que ia companhado, como a Lei exigia, do quadro plurianual de programação orçamental aplicado nas Grandes Opções do Plano, embora gostasse de ver também aplicada essa plurianualidade e estava tudo em 2026, mas reconhecia a dificuldade nessa matéria. ----------

----- Infelizmente, aí reconhecia que houve um retrocesso relativamente ao ano anterior, foi uma discussão que tiveram ali, era que os CDCs, embora não estivessem ainda formalizados e não pudessem estar nas receitas, mas se havia CDCs que estavam a ser negociados, como aliás no texto do documento era referido, era importante que a Assembleia soubesse que CDCs estavam a ser negociados, que valores se pretendia atingir e quais os objetivos. Isso dava um panorama melhor de como o Executivo pretendia resolver os principais problemas da Freguesia, se tivessem um conhecimento pelo menos daquilo que estava a ser negociado com a Câmara Municipal de Lisboa. ----

----- No ano anterior tiveram isso, que os ajudava também a ver quais eram as modificações orçamentais que teriam ao longo do ano. Dessa vez não tiveram e o apelo era que no próximo ano conseguissem voltar a essa prática que achava melhorar a transparência do Orçamento. Perante uma probabilidade grande dos CDCs serem aprovados, era bom que houvesse alguma nota no Orçamento para terem ideia de como iam resolver os problemas da Freguesia. ----------

----- À semelhança dos outros Orçamentos, continuava a não haver uma total transparência e uma explicação. Podia dar dois ou três exemplos e um era a melhoria do elevador do Rego. Estavam ali partidos pela linha férrea e aquela passagem aérea sobre a linha férrea era importantíssima. Havia muita gente idosa na Freguesia e os elevadores eram fundamentais, estavam constantemente avariados. ----------

----- Percebiam que nos CDCs de 2023-2025, na última revisão propuseram à Câmara incluir nas obras de manutenção do elevador uma verba de 18 mil euros, estava previsto na informação escrita do Senhor Presidente. Tinham agora no PPI a inclusão de uma verba de 46.154 euros com a designação "CDC – manutenção da passagem pedonal dos elevadores do Bairro de Santos ao Rego", sem mais explicações relativamente à matéria. Gostavam de alguma explicação, havia o aumento da verba e a inclusão da despesa sem a correspondente receita. Não estava lá o CDC da receita, mas tinham a despesa com essa designação de CDC e o que perguntava era, se essa receita não chegasse, se iriam fazer a obra na mesma e onde iriam buscar o dinheiro.----------

----- Havia pontos que apareciam com a designação de CDC sem aparecer na receita esses CDCs e perguntava se receberam essas verbas todas em 2025, se estavam na tesouraria e agora iam executar esses valores. Ficavam sem saber e era importante terem essa transparência. ----------

----- Outro aspeto que gostava de assinalar era a intenção de articular com a PSP um projeto de apoio logístico, haver vigilância em várias zonas da Freguesia com a disponibilização de uma viatura, como era referido no texto, mas no Orçamento era apenas uma verba de mil euros. Perguntava se iriam ter mais uma bicicleta para vigiar o Alto do Parque... ----------

----- Depois tinham as funções sociais, que representavam 50,48% do investimento e das ações com maior relevo, que aumentava relativamente a 2025, era 48,57% no ano anterior, aí tinham uma melhoria nas funções sociais, embora...(imperceptível)... o ordenamento do território e a proteção do meio ambiente, mas também percebiam que os CDCs ainda em curso tinham esse impacto. ----------

----- Tinham um Orçamento onde não havia a inclusão de uma verba, tirando 74 mil euros que estavam lá, sendo que em 2025 tinham quase 1.300.000 em CDCs. Perguntava como chegavam a um Orçamento quase do mesmo valor. A forma como chegavam a esse valor tinha duas explicações, uma era a inclusão da verba dos 450 mil euros que tinha a ver com a organização administrativa da Cidade de Lisboa, em que as Juntas tinham uma verba para contemplar as novas funcionalidades que ficaram responsáveis. Sempre tinham perguntado ao Executivo a razão dessa verba não estar incluída no Orçamento inicial, estava previsto na Lei e a certeza que elas iam para a Junta de Freguesia, mas nunca estiveram no Orçamento inicial, iam numa modificação futura do Orçamento e a explicação que era sempre dada pelo assessor do Senhor Presidente, nesse caso o Senhor Presidente através do seu assessor, era que não conseguiam projetar em termos de Orçamento porque não tinham rácio base para calcular, mas nesse ano aparecia. ----------

----- Não criticavam que ele estivesse, porque sempre defenderam que como não estavam em deflação pelo menos a do ano anterior recebiam de certeza. Estava previsto

na Lei e nunca foi colocado, dessa vez colocaram e perguntava qual a razão dessa mudança de política.----------

----- Aí já tinham 450 mil euros que atenuavam aquele saldo, mas a outra diferença ia no aumento generalizado das…(impercetível)… no Orçamento e estava a comparar com o Orçamento de 2025. Por exemplo, nas taxas de ocupação da via pública tinham um aumento de quase 50%, passavam de 269 mil euros para 550 mil euros. Tinham o aumento quase para o dobro no polidesportivo da Filipe da Mata, um aumento quase para o dobro no pavilhão desportivo das Avenidas Novas. Tinham os passeios sociais com um aumento de 4 mil para 9 mil euros, sendo que estavam previstos três passeios sociais, não eram assim tantos. Tinham um aumento relativamente ao orçamento participativo, eram 11 mil euros e passou para 22 mil euros. Tinham um aumento no complexo desportivo das Avenidas Novas de 40% e outros aumentos. ----------

----- Portanto, a pergunta que faziam era se mantinham os preços e era um aumento da procura, se foi a execução de 2025 que foi muito maior do que estava projetado orçamentalmente, ou se estariam a aumentar os preços quase para o dobro. Obviamente que essa opção não lhes parecia razoável e nessa matéria também pediam alguns esclarecimentos.----------

----- Em resumo, havia aspetos positivos nesse Orçamento, havia a preocupação com a precariedade no emprego, foi feita alguma coisa e mantinha-se essa preocupação, obras estruturais para a melhoria das condições do elevador do Rego, o reforço do apoio a crianças com necessidades educativas, o estudo de arborização do Bairro do Rego e contemplava grande parte das propostas que fizeram.----------

----- A preocupação ao fazer essas propostas foi que já estava alguma coisa prevista no Orçamento e procuraram foi densificar essas atuações. Algumas verbas já estavam previstas, só que se iam fazer alterações nos campos de jogos, como estava previsto ali para o Alto do Parque, tiveram a preocupação dentro do que já estava orçamentado incluir as propostas de forma a que pudessem mais…(impercetível)… essas atuações. -

----- Nos destaques negativos tinham a falta de transparência, tinham a omissão dos CDCs, que não estava a falar em termos das verbas, mas para terem a ideia das propostas que estavam a ser feitas. Havia esse aumento de receitas que gostavam de esclarecer, mas no geral entendiam ser um Orçamento tecnicamente correto e pelo menos não merecia o voto contra do PS. ----------

----- **Membro Vasco Diogo (BE)** disse que era o primeiro Orçamento da Junta de Freguesia que lia em detalhe, demorou muitas horas a decifrar tudo o que estava nesse Orçamento e comparando com o de 2025. Em termos daquilo que era o texto, as propostas, havia a aceitação de algumas propostas da oposição, mas parecia-lhe quase idêntico ao de 2025. ----------

----- No entanto, nas dotações havia diferenças relevantes e que não eram justificadas, não se percebiam, no fundo tinha um pouco a ver com a transparência do Orçamento, porque era preciso estar a comparar itens com o ano anterior, ver códigos para perceber exatamente o que mudou. Havia partes que foi feita cópia de 2025 para 2026. ----------

----- No gabinete de apoio à Presidência um aumento de 50 mil euros, não dizia em lado nenhum quem ia ser contratado, o que era necessário, a razão de não se assegurar quem estava antes.----------

----- No serviço de educação e cultura os projetos educativos e…(impercetível)… escolar sofriam um corte de 50 mil euros em outros serviços diretos, não sabiam, ficava o mistério. O protocolo Educar a Sorrir descia para 74 mil euros, não sabia o que era o protocolo e também não estava muito explícito no documento e muito menos essa redução. A programação cultural recebia um aumento de 50 mil euros em trabalhos

especializados diretos e também não se indicava onde iriam ser aplicados e o que eram trabalhos especializados diretos. ----------

----- No bem-estar animal 14 propostas, algumas delas repetentes do Orçamento 2025, como o apoio financeiro a cuidados primários no parque canino...(imperceptível)... nunca tinha visto nada disso. A despesa nesse item era cortada em 25%. ----------

----- A manutenção dos espaços verdes da Freguesia passava de 325 mil para 243 mil euros. Os espaços verdes da Freguesia não eram conhecidos por estarem propriamente bem mantidos, as queixas dos fregueses eram constantes. Não sabia como um corte desses não podia levar à degradação mais e mais dos espaços verdes. Não era justificado, não era pensado, não era explicado. ----------

----- Depois havia outro milagre, que era o combustível. Não sabia se o Senhor Presidente da Junta tinha alguma bomba de gasolina especial, mas conseguiam descer o orçamento de 65 mil para 15 mil euros. Ou era uma bomba que vendia o combustível ao desbarato, ou os carros ficavam parados, não sabia o que era, porque era impossível descer esses valores. ----------

----- Havia algumas despesas que também não eram justificadas e que se prolongavam há vários anos, 61 mill euros em horas extraordinárias na área dos recursos humanos. Portanto, o orçamento gasto com o pessoal era mais baixo do que as horas extraordinárias. ----------

----- Isso era o que lhe parecia mais preocupante e depois tinham propostas com grande destaque e que não eram nada. Já foi ali falado o orçamento participativo com uma dotação de mil euros, mal dava para lançar o programa e avaliar as propostas. Tinham um programa de jardins confortáveis e o orçamento era de 2500 euros em mobiliário urbano, mas com 2500 euros não dava para comprar um banco de jardim. Programa Papas e Fraldas, 300 euros. As papas custavam quase 50 euros a embalagem, isso dava para alimentar uma criança durante uns três meses, não era nada. ----------

----- Eram vários programas que existiam em quantidade, mas parecia que existiam só por existir, em termos de qualidade quase não eram nada. Depois havia propostas que não tinham sequer cabimento orçamental. Reforçar...(imperceptível)... em zonas residenciais, não tinha ações concretas, não havia nada. Emissão sonora, redução de velocidade em certos arruamentos, um estudo, nada. ----------

----- Depois tinham o diagnóstico local de segurança, que ainda não estava concretizado e já havia a consequência daquilo que seriam as conclusões desse diagnóstico. Estavam a reforçar o financiamento quando ainda não sabiam se existiam problemas de insegurança ou sensações de insegurança. Uma coisa ou outra, ou faziam um diagnóstico ou aplicavam o tratamento, mas não fazia sentido estar a aplicar um tratamento naquilo que não sabiam se existia. ----------

----- Atividades culturais...(imperceptível)... passavam de 5000 euros para 500 euros, era uma atividade de meia hora. ----------

----- Portanto, havia uma série de programas que no fim não passavam de linhas para encher texto, mas que depois não tinham dotação nenhuma, serviam de pouco. ----------

----- Reconheciam que houve a inclusão de algumas mudanças, nomeadamente aquilo que tinham vindo a alertar para trabalhadores em situações precárias e a recibos verdes, a situação do elevador do Bairro de Santos, que disseram que podia haver até informação remota do estado de funcionamento, que por vezes não trabalhavam um nem outro. Partilhavam o entendimento que eram incluídas algumas propostas daquilo que demonstraram, não estava à espera que fosse incluído tudo. Era um Executivo com maioria absoluta e estavam na oposição, mas para incluir linhas no texto e depois perceber que eventualmente não passava disso, optariam por abster e num futuro Orçamento poderiam então avaliar as conclusões desse. ----------

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que a Mesa tinha muitas soluções em relação ao eleito, podia desde logo averiguar junto dos serviços se teria havido algum problema na comunicação...(impercetível)... depois nem sequer pediu desculpa remeteu para uma responsabilidade que não era sua. A leitura que faziam era que a Mesa esteve mal na condução dos trabalhos e nesse caso o BE merecia um pedido de desculpas por parte da Mesa, que tomou uma posição maximalista na condução dos trabalhos sem qualquer justificação para o efeito. ----------

----- A análise do Orçamento, eram cento e tal páginas, seria sempre parcelar e se calhar iam sair com uma nota mais otimista, desde logo a intervenção no Mercado do Rego...(impercetível)... ----------

----- Depois acabava por ser uma resposta àquilo que foi a intervenção do CDS na última Assembleia. Tinham em 2026 os cem anos de 1926, uma data histórica por diversas razões e era importante recordá-la. ----------

----- A inclusão do projeto Rua Aberta, gostariam de saber quais as ruas que estavam planeadas. ----------

----- Saudavam a instalação de...(impercetível)... no Jardim Amélia Carvalheira e a instalação de um quiosque no Jardim Amália Rodrigues. ----------

----- Estava prevista uma verba de 29 mil euros para o bem-estar animal, algumas rubricas relativas à instalação de bebedouros animais. Havia o parque canino debaixo do viaduto da Avenida dos Combatentes que precisava de alguma intervenção. O documento previa a manutenção, naquele caso seria remendar a entrada do parque que nem sequer estava a funcionar, esperava-se uma manutenção mais cuidada. ----------

----- Não se iria alongar muito mais. Não estava no Orçamento voltarem a ter uma ciclovia na Avenida de Berna, de facto conseguiram ganhar muito poucos lugares de estacionamento. ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que uma vez que a Mesa foi interpelada por um Eleito sobre um assunto off topic, os Eleitos tinham a palavra para falar sobre o Orçamento e não para falar sobre a condução dos trabalhos. Quando um Eleito queria falar sobre a condução dos trabalhos tinha que fazer uma interpelação à Mesa, era o que estava regimentalmente exposto. No entanto, acreditava que o Senhor Eleito também saberia que a Mesa da Assembleia de Freguesia não tinha qualquer responsabilidade sobre os sistemas informáticos da Junta de Freguesia. Aliás, nessa noite estavam ali com alguns problemas no som, não era responsabilidade da Assembleia de Freguesia, era responsabilidade do material que estava com algum problema. ----------

----- Quanto à condução dos trabalhos, eram conduzidos pela Mesa da maneira que achava que deviam conduzir. ----------

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que já tinha informado a tendência de voto da CDU, já estava esclarecida, mas tinha escapado uma questão. Relativamente ao orçamento do gabinete do sistema de informação lamentava muito não estar contemplada uma estimativa, ainda que aproximada, da despesa. Era um assunto muito importante, eram sistemas normalmente para o futuro e devia ser muito bem pensado, devia haver uma estimativa e não havia. ----------

----- Outra questão era um alerta relativamente à postura da Junta extremamente bem intencionada no que dizia respeito ao gabinete médico de enfermagem, mas um alerta do ponto de vista legal. A Junta e o Executivo tinham que ter a noção de que havia esferas de competências inerentes a cada um dos sistemas que os governavam e o Serviço Nacional de Saúde era uma competência exclusiva do Estado Português. Portanto, entrar nessa matéria, ainda que compreendesse perfeitamente a carência absoluta que muitas pessoas tinham de um médico de família, de um apoio de

enfermagem, mas no que dizia respeito ao médico muita atenção, eras um aspeto que derrapava para a esfera de competências que não pertenciam a essa autarquia. Era apenas um alerta.----------

----- (diálogos cruzados) ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estariam disponíveis na Junta para esclarecer todas essas dúvidas.----------

----- Sobre as Papas e Fraldas, tinham um stock acumulado.----------

----- Em relação aos elevadores, nesse dia tivera uma reunião com o Vereador por causa dos CDCs e tinha falado exatamente nos elevadores. Foi prometido pelo Vice-Presidente anterior que iriam ser postos novos elevadores porque esses eram de prédio, não eram de público. Foi garantido pelo anterior, já não era o mesmo, mas iria falar com o Gonçalo Reis. Para si era ponto de honra e iria lutar até às últimas consequências para que aqueles fossem substituídos por elevadores em condições, faria tudo o que fosse possível. ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções submeteu à votação a **2ª versão do Orçamento 2026 e GOP's**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL), 1 voto contra (Chega) e 7 abstenções (PS, Livre, CDU e BE)----------

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: ----------

----- *"Uma pequena declaração também em jeito de esclarecimento. O Partido Socialista na sua intervenção parecia estar mais preocupado com o PSD do que em falar das suas propostas no Orçamento, mas estava enganado. O PSD, como sempre, é um partido plural, em que todos nós expressamos as nossas ideias, as nossas preocupações, mas estamos unidos não só na Freguesia, como na Cidade de Lisboa e estamos unidos em torno de um projeto comum, com o qual concordamos e com o qual nos revemos.* ----------

----- *De outra forma não poderia ser. Agora, dizer que é um Orçamento perfeito, não é um Orçamento perfeito. É o Orçamento de uma Junta de Freguesia que tem doze anos, vários vícios do passado que não conseguiram pura e simplesmente eliminar, mas é um Orçamento de continuidade, como foi dito pelo PCP e pelo PS.* ----------

----- *É um Orçamento que vai ter que ter um trabalho muito grande e isso já foi expressado pelo Senhor Presidente, nomeadamente aquando da revisão para integração do saldo de gerência. Há um esforço muito grande de manter o pessoal que paulatinamente tem sido colocado nos quadros e muito bem, reduzir esse peso no Orçamento. Se tivéssemos aqui meramente... se calhar não tínhamos votado favoravelmente, mas temos que estar atentos às realidades e há que se calhar obter outra diversificação de receitas, permitir maiores receitas de forma a cobrir também alguns custos, mas este é um Orçamento que traz esperança à Freguesia e, portanto, votámos favoravelmente.*----------

----- **Membro Luís Nunes (Chega)** fez a seguinte declaração de voto:----------

----- *"Só referir que o nosso voto contra é precisamente pela razão apontada anteriormente. Há uma palavra política que agora se usa muito, o "poucochinho" e o que eu disse foi que, embora ficássemos satisfeitos, foi muito poucochinho. Todas as promessas que têm feito até agora, não foi nenhuma cumprida. Sempre que o público vem aqui fazer intervenções o Senhor Presidente diz que sim, vamos tratar do assunto e depois ninguém sabe o que é que se passa. As propostas não tiveram um único feedback do que é feito e, portanto, ou o Senhor Presidente muda de atitude ou...(impercetível)"*

----- **<u>Ponto 2 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Mapa de Pessoal para 2026;</u>** ----------

---- **O Senhor Presidente da Junta** pediu que a Doutora Soraia dos recursos humanos explicasse exatamente esse ponto.----------

---- **Doutora Soraia** fez a seguinte intervenção: ----------

---- *"O Mapa de Pessoal para 2026, de acordo com o compromisso assumido pelo Senhor Presidente no mandato anterior, mantém os 153 postos de trabalho, com o acréscimo de três postos de trabalho para chefes de divisão.*----------

---- *De acordo com o regulamento da estrutura orgânica da Junta aprovada na reunião de Executivo de 19 de maio de 2023 e deliberada em Assembleia de Freguesia em 26 de maio de 2023, deviam estar preenchidos. O objetivo desse lugar é a organização dos recursos humanos necessários à prossecução das atribuições e competências legalmente atribuídas à autarquia, garantindo a prestação eficiente, contínua e de qualidade dos serviços à população.* ----------

---- *A definição do Mapa de Pessoal teve por base uma análise rigorosa das necessidades permanentes da Junta de Freguesia, atendendo às funções atualmente exercidas, ao volume de trabalho existente, à diversidade de serviços prestados, bem como às características demográficas e patrimoniais da Freguesia. Consideraram-se ainda os princípios da racionalização de meios, da eficiência administrativa e da sustentabilidade financeira.* ----------

---- *As categorias e postos de trabalho previstos refletem as funções indispensáveis ao funcionamento dos serviços administrativos, ao apoio ao Executivo, à manutenção dos espaços públicos, à higiene urbana, bem como outras atividades de interesse público local, assegurando o cumprimento das responsabilidades da Junta de Freguesia perante a população.* ----------

---- *O Mapa de Pessoal proposto contempla apenas os postos de trabalho estritamente necessários, evitando redundâncias e promovendo uma gestão equilibrada de recursos humanos, em consonância com os constrangimentos orçamentais e legais em vigor. Sempre que possível, privilegia-se a componente funcional e otimização das competências dos trabalhadores de forma a responder eficazmente às necessidades dos fregueses.*----------

---- *Com a aprovação do Mapa de Pessoal para 2026 está previsto o preenchimento de dez postos de trabalho que transitam da primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 por procedimento concursal comum para o gabinete de comunicação e imagem, para o setor de gestão escolar e projetos educativos, setor de projetos de envolvimento social, setor de licenciamentos, setor de atendimentos e para o setor da higiene urbana.*

---- *Prevê-se igualmente o preenchimento de cinco postos de trabalho por ativação das reservas de recrutamento em procedimentos concursais comuns já concluídos.* ----------

---- *De igual modo, calcula-se a abertura dos procedimentos concursais para os cargos de direção, para os chefes de divisão, no primeiro trimestre e esperam-se concluídos na pior das hipóteses no segundo trimestre de 2026.*----------

---- *Assim, o presente Mapa de Pessoal constitui um investimento essencial, permitindo à Junta poder dispor de recursos humanos adequados para o cumprimento da sua missão, assegurando a continuidade dos serviços públicos locais e a prossecução do interesse público."* ----------

---- **Membro Sadik Cassam (IL)** (partes da intervenção são imperceptíveis) disse que enquanto força que integrava o Executivo, a Iniciativa Liberal abordava o Mapa de Pessoal para 2026 como de governo, responsabilidade governativa e exigência de boa gestão dos fundos públicos. ----------

---- O documento previa 156 postos de trabalho, dos quais 125 já estavam ocupados, 10...(imperceptível)... importava esclarecer que não estavam perante uma contratação

imediata de 31 pessoas, mas sim perante a contratação... e o preenchimento de vagas já existentes. ----------

----- Esse mapa refletia o planeamento de médio prazo e isso era positivo. Não se tratava de uma expansão súbita, mas de uma consolidação da estrutura. Ainda assim, o crescimento planeado não dispensava escrutínio. A criação de doze novos postos de trabalho em 2026, com a inclusão de três dirigentes, surgia como resposta a necessidades verificadas em áreas críticas. A IL acompanhava essa leitura, mas entendia que o reforço de meios e recursos humanos devia estar sempre associado a direitos... e variáveis. ----------

----- O Executivo devia basear em três princípios, avaliação de desempenho dos serviços, racionalidade financeira, evitando...(imperceptível)... sem retorno claro de produtividade e garantir que para posto criado existia efetivamente um serviço prestado.

----- Reconheciam a necessidade de reforçar áreas técnicas e operacionais, mas sempre lado a lado com melhor organização interna, simplificação de processos e aposta na modernização administrativa, para que a Junta fizesse mais e melhor sem se tornar mais pesada, sendo mais produtiva. ----------

----- Reafirmava a posição da Iniciativa Liberal, governar com responsabilidade, contratar com critério e gerir com foco nos resultados. Assim respeitavam quem trabalhava na Junta, assim respeitavam os contribuintes das Avenidas Novas. ----------

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que inicialmente tiveram algumas dúvidas relativamente aos chefes de divisão, se a estrutura orgânica prevista já contemplava essa situação, mas depois verificara que em 2021 tinham aprovado essa estrutura orgânica e, portanto, havia toda a legitimidade para se criar esses novos chefes de divisão. A pergunta era porquê agora, cinco anos depois, gostava de alguma explicação sobre qual a necessidade agora de criar. ----------

----- A segunda era que iam nos 156, recordava que no mandato do PS não chegaram aos 159 e receberam muitas críticas que era um excesso de pessoal, mas estavam quase lá. Saudava que percebessem que a Junta só se fazia com pessoas e com qualidade. -----

----- Os fiscais desapareceram do Mapa de Pessoal, mas com a projeção de cobrar mais taxas e multas o desaparecimento dos fiscais era estranho e perguntava a razão. ----------

----- **Membro Vasco Diogo (BE)** disse que os gastos com pessoal eram gastos fixos e estruturais que se prolongavam no tempo. Retomava a questão das horas extraordinárias no setor dos recursos humanos, porque não parecia que estivessem apenas as estritamente necessárias. Era evidente que faltava pessoal. ----------

----- Esperava que pudessem revisitar esse Mapa de Pessoal caso a Lei das Autarquias Locais fosse atualizada e caso esse aumento da dotação orçamental existisse preferiam que fosse aplicada à regularização dos trabalhadores a recibos verdes e não à expansão novamente de mais e mais trabalhadores ou à contratação externa de serviços quando tinham pessoas capazes, que já trabalhavam para a Junta e estavam à espera de ter um contrato digno.----------

----- **Doutora Soraia** fez a seguinte intervenção: ----------

----- *"Relativamente à questão colocada sobre os critérios, o Mapa de Pessoal foi realizado com base na necessidade que os serviços refletem, ou sinalizam, ou indicam, que necessitam de três assistentes operacionais ou de dois assistentes técnicos. Claro que terá que haver sempre o critério orçamental, se há ou não orçamento.* ----------

----- *A necessidade de criar os chefes de divisão, trata-se de sermos mais eficazes, mais eficientes, de criar uma organização mais hierarquizada do que temos neste momento. Foi aprovado em 2021, mas foi ratificado e alterado em 2023, por uma estrutura orgânica.* ----------

----- *Relativamente aos fiscais, é uma carreira especial, o único fiscal que temos no Mapa de Pessoal faleceu, o curso é muitíssimo caro, não há possibilidade de ninguém se candidatar em mobilidade.* ----------

----- *As horas extraordinárias de todos os trabalhadores da Junta de Freguesia estavam todas alocadas na orgânica dos recursos humanos. Por exemplo mensalmente a higiene urbana realizou quatro mil euros em horas extraordinárias, houve uma série de eventos, houve uma série de reparação de calçadas e precisou de fazer 1200 euros de horas extraordinárias, era feita uma alteração orçamental mensalmente, fazia-se um estorno da orgânica dos recursos humanos para a respetiva orgânica onde esses trabalhadores realizaram as horas extraordinárias. Não é possível durante um ano três funcionários nos recursos humanos gastarem 74 mil euros em horas extraordinárias.* --

----- *Relativamente aos precários, é uma situação que o BE tem vindo constantemente a apresentar em todas as Assembleias de Freguesia. Sei que se referem principalmente aos professores que temos na piscina e já expliquei várias vezes que são pessoas que não temos o horário completo para lhes dar. Se for preciso fazem duas horas por semana na nossa piscina, mais dois dias por semana na piscina de Benfica, mais um dia ou dois na piscina de Alvalade e por aí adiante, dão aulas particulares. Muitos deles não têm interesse de ao final do mês só ganharem aquele dinheiro, trabalharem das nove às cinco ou das dez às seis, aliás a piscina está aberta das oito às nove da noite. Não há quem tenha interesse e daí nunca ter havido a necessidade, ou pelo menos o serviço nunca o transmitiu dessa forma, da criação de postos de trabalho principalmente na piscina.*----------

----- *Todo o resto, a partir do momento em que se verifica a necessidade de contratação de um trabalhador, na medida do possível e desde que haja vaga no Mapa de Pessoal é realizado um concurso, as pessoas candidatam-se, são aplicados os métodos de seleção, há um júri que está encarregue de selecionar, coloca-se a lista final, o candidato é convidado a assinar um contrato e passa a integrar o Mapa de Pessoal."* --

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** disse que um departamento dizer que precisava de X pessoas não era um critério mensurável de produtividade e eficiência num departamento. Algo que se fazia com três pessoas podia-se fazer com duas, dependendo dos sistemas que se usavam. Das próximas vezes seria razoável haver um critério de produtividade para...(impercetível)... melhorassem as condições de trabalho dos trabalhadores, mas também que pudesse reduzir a despesa que tinha com os trabalhadores caso não fossem adequados à produtividade. ----------

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que tinham feito algumas questões e não foram obtendo algumas respostas, mas dessa vez receberam a resposta relativamente aos fiscais e o que percebera era que tinham trabalhadores a fazer a função sem as qualificações necessárias. Não lhe parecia que fosse o adequado e esperava que pudessem resolver isso a breve prazo. ----------

----- **Membro Luís Nunes (Chega)** disse que continuavam com o mesmo problema de sempre, o trabalho não rendia e metiam-se mais pessoas. Quatro anos atrás, na reunião do direito de oposição chegaram todos a um acordo, que tinham pessoas a mais nos quadros de pessoal. Entretanto, logo na primeira reunião foi proposto mais dez pessoas para o quadro de pessoal, entretanto foi crescendo. A pergunta era quando iria parar.----

----- **Membro Vasco Diogo (BE)** agradeceu as explicações que foram dadas. Relativamente às horas extraordinárias queria só deixar nota que na informação não se percebia onde eram efetivamente utilizadas as horas extraordinárias. Isso devia estar refletido numa informação posterior no final do ano, se não era possível refletir no Orçamento. Aliás, no Orçamento apareciam várias alíneas de horas extraordinárias em várias secções que estavam assinaladas com um euro. Não sabia se era a forma mais

adequada de tratar os recursos humanos, percebia pouco de alíneas orçamentais, mas deixava essa nota para eventualmente ser um processo de transparência.----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que iam ali responder pessoas que estavam dentro dos serviços, pessoas cabalmente preparadas para dar a resposta. Embora tivesse conhecimento, mas preferia que fosse a pessoa que trabalhava com o serviço. ----------
----- **Doutora Soraia** fez a seguinte intervenção: ----------
----- *"Produtividade e eficiência, dois trabalhadores em vez de três, a função pública não funciona como uma empresa privada, não somos avaliados por aquilo que produzimos, somos avaliados por aquilo que conseguimos atingir.* ----------
----- *Além disso, dentro das carreiras gerais há os assistentes operacionais, há os assistentes técnicos e os técnicos superiores. Por muito que um assistente operacional saiba fazer contas, não quer dizer que possa ir desempenhar funções de assistente técnico no setor da contabilidade, tal como não podemos pôr um assistente técnico a desempenhar as funções de um assistente operacional na higiene urbana. Na função pública não é assim que funciona.*----------
----- *A fiscalização é feita não da forma que devia ser feita por um fiscal. Nós não temos competência, nem o colega que a faz tem competências para exerer funções de fiscal quando não o é. A fiscalização é feita de uma forma mais leve, mas não deixa de ser feita, os licenciamentos continuam a pagar para a Junta, as licenças continuam a ser produzidas e pagas.* ----------
----- *Relativamente ao aumento dos trabalhadores, desde que o Senhor Presidente assumiu o compromisso na Assembleia com alguns dos elementos que cá estão presentes, outros nem por isso, o número foi aquele e só acrescentámos os três postos de trabalho para os chefes de divisão. Para os serviços funcionarem de forma mais eficiente, de forma mais eficaz e produtiva, os três chefes de divisão estão justificados.*-
----- *Relativamente às horas extraordinárias por cada serviço onde se podem refletir, na informação escrita trimestral do Senhor Presidente, na parte dos recursos humanos diz lá quanto se gastou em cada setor por horas extraordinárias em cada mês que compõe a informação trimestral."* ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP e IIL), 1 voto contra (Chega) e 8 abstenções (PS, Livre, CDU, BE e IIL) ----------
----- **Membro Isabel Varão (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: ----------
----- *"O nosso voto já foi explicitado, mas eu quero aqui salientar uma nuance relativamente à nossa votação. A principal despesa na área dos recursos humanos é uma indicação clara de que a Junta executa de modo próprio e generalidade das suas funções e isto é algo que nos apraz. Significa que não há uma contratação externa desta Junta, o que nos apraz."* ----------
----- **<u>Ponto 3 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais;</u>** ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que no início de cada mandato, em consonância com o enquadramento legal aplicável, tornava-se necessário submeter à apreciação da Assembleia de Freguesia a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Junta de Freguesia. Essa autorização constituía um instrumento de natureza técnica e administrativa indispensável ao normal funcionamento da Junta, permitindo assegurar a continuidade de serviços, contratos e investimentos que pela sua natureza se prolongavam para além de um único exercício orçamental. ----------

----- A autorização à proposta respeitava integralmente os limites legais em vigor e salvaguardava os princípios da legalidade, da transparência, do rigor financeiro e da eficiência da gestão pública. Tratava-se, assim, de uma deliberação estrutural que não dispensava nem substituía o controle político e financeiro próprio da Assembleia de Freguesia, mas que permitia ao Executivo atuar com previsibilidade, responsabilidade e capacidade operacional ao longo do mandato.----------

----- **Membro Paula de Carvalho (IL)** disse que tinha apenas um breve comentário a fazer em relação à assunção de compromissos plurianuais. Consabido que a Lei os permitia como instrumento de gestão para compromissos que se estendiam para além de um ano orçamental e a Iniciativa Liberal estaria muito atenta a todos os gastos que fossem orçamentados sob a forma de compromissos plurianuais. Não era um cheque em branco, estariam sempre atentos e não estariam de acordo que se tentasse passar sobre as competências da Assembleia em termos de aprovação de determinadas despesas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL e Chega), 1 voto contra (BE) e 6 abstenções (PS, Livre e CDU) ----------

-----(Membro Miguel Torres do PSD não votou esse ponto) ----------

----- **Membro Vasco Diogo (BE)** fez a seguinte declaração de voto: ----------

----- *"Eu votei contra esta esta proposta não porque considero que o Executivo vá assumir compromissos que acho que não sejam para o bem da Freguesia, mas porque não nos parece a justificação dada, ou seja, que cada compromisso plurianual não possa ser debatido em Assembleia de Freguesia seja verdadeira. Pelo menos neste limite, estamos a falar de 99 mil euros, um total de 300 mil euros ao longo dos três anos. Se esse valor fosse mais baixo sim, seria possível aprovar, mas valores desse tipo e tendo em conta a frequência das reuniões da Assembleia, esses valores deveriam ser levados a votação."*----------

-----(Ponto 4 da ordem de trabalhos não foi discutido) ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a disponibilidade para estarem ali numa segunda-feira a seguir ao Ano Novo, a urbanidade com que esse debate decorreu.

----- Informou que estavam a trabalhar para no próximo mês de março se fazer a Assembleia das Crianças, onde podiam ouvir as crianças da Freguesia, como já tinha sido apanágio da Assembleia de Freguesia.----------

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. ----------

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e duas horas e quinze minutos. ----------

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. ----------

1º.SECRETÁRIO_____2º.SECRETÁRIO_____

----------O PRESIDENTE ----------